

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS E HUMANAS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA INTERDISCIPLINAR EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

ALEXANDRO DOS SANTOS JESUS

**AS SEMENTES DO AXÉ VÃO À ESCOLA: DESAFIOS DAS CRIANÇAS DO
CANDOMBLÉ JUNTO AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO**

MOSSORÓ

2019

ALEXANDRO DOS SANTOS JESUS

AS SEMENTES DO AXÉ VÃO À ESCOLA: DESAFIOS DAS CRIANÇAS DO
CANDOMBLÉ JUNTO AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

Monografia apresentada ao Curso de
Licenciatura Interdisciplinar de Educação do
Campo da Universidade Federal Rural do Semi-
Árido como requisito para obtenção do título de
Licenciado em Educação do Campo.

ORIENTADOR: Prof. Dr. Luiz Gomes da
Silva Filho

MOSSORÓ

2019

© Todos os direitos estão reservados a Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei n° 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei n° 9.610/1998. O conteúdo desta obra tornar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

J383s Jesus, Alexandre dos Santos.

AS SEMENTES DO AXÉ VÃO À ESCOLA: DESAFIOS DAS CRIANÇAS DO CANDOMBLÉ JUNTO AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO / Alexandre dos Santos Jesus. - 2019.

35 f. : il.

Orientadora: Luiz Gomes da Silva Filho Filho.
Monografia (graduação) - Universidade Federal Rural do Semi-árido, Curso de Educação do Campo, 2019.

1. Educação para as relações étnico-raciais. 2. Kwê Ezin Azirí Dolá. 3. Candomblé. 4. Expressões de preconceito. 5. Ancestralidade. I. Filho, Luiz Gomes da Silva Filho, orient. II. Título.

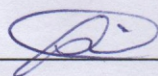
ALEXANDRO DOS SANTOS JESUS

AS SEMENTES DO AXÉ VÃO À ESCOLA: DESAFIOS DAS CRIANÇAS DO
CANDOMBLÉ JUNTO AO PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO

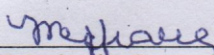
Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação no Campo da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito para obtenção do título de Licenciado em Educação do Campo.

Defendida em: 26 / 07 / 2019.

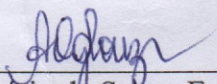
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Luiz Gomes da Silva Filho (UFERSA)
Presidente



Profª. Ms. Maria da Conceição Fernandes de França (UnP)
Membro Examinador



Profª. Drª. Ady Canário de Souza Estevão (UFERSA)
Membro Examinador

(In Memoriam)

A minha grande e querida Tia Dalva Santos da Silva, que esteve presente sempre na minha vida me aconselhando e trilhando junto comigo meu caminho.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente quero agradecer a Deus, por ter chegado até aqui, que me deu forças para continuar essa jornada, que não foi fácil e depois agradecera a minha família. Sobretudo minha tia que hoje já não se encontra entre nós, que sempre me apoiou e incentivou para terminar a faculdade. A Euclides Flor da Silva Neto, durante o tempo que passamos juntos sempre também me incentivou e foi o principal motivador de ter entrado no curso de Licenciatura em Educação no Campo. Aos meus amigos Janaina Nascimento, Carlindo Emanuel, Augusto Pinto, Juliana Lins, Edizioneide, Felícia, Roberval, Edson e demais colegas que sempre estiveram comigo, me incentivando nessa jornada.

Agradecer ao meu orientador Prof. Dr. Luiz Gomes e a todos/as os docentes que contribuíram para minha formação e em especial a todos/as aqueles que estiveram e caminharam junto comigo nessa jornada. Foram muitas lágrimas derramadas na vontade de desistir, inúmeros desafios que foram expostos ao longo do meu percurso acadêmico que, só serviram para me fortalecer na minha caminhada e ter meu objetivo realizado. Enfim... agradecer a todos/as que participaram direto e indiretamente da minha vida acadêmica.

RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise sociocultural afrodescendente das crianças do Terreiro de candomblé Kwê Ezin Azirí Dolá localizado no Município de Areia Branca/RN. O Trabalho também insere-se na própria memória e história de vida do narrador-pesquisador, como participante da religião de matriz Africana. Busca reconstruir as memórias das crianças do Terreiro. Permite trazer as vozes desses sujeitos, seus vínculos, afetos que criam um sentimento de pertencimento, de identidade e ancestralidade. Apresenta o candomblé como lugar simbólico de ritos e rituais, vibrações, sensações, pautada nas experiências individuais e coletivas de seus membros. A pesquisa tem como objetivo geral: Compreender as principais implicações do preconceito sofrido pelas crianças do Terreiro Kwê Ezin Azirí Dolá nas escolas de Areia Branca/RN. Como objetivos específicos destacamos: Identificar o que motiva as expressões de preconceito contra as crianças do terreiro; Analisar, como as crianças reagem diante desse preconceito na sua vivência dentro da escola e nos diversos espaços da cidade em que moram e; refletir quais as ações adotadas pela escola para combater esse tipo de discriminação. Nesse sentido, a metodologia utilizada na pesquisa é de cunho qualitativo na modalidade bibliográfica, ancorando-se nas histórias de vida e memórias das crianças do candomblé, utilizando o método (auto) biográfico. Para a compreensão da (auto) biografia utilizamos como aporte teórico metodológico os autores: Josso (2010), Passegi (2003). Para entender os processos e mecanismos do preconceito tivemos como fonte: Oliveira (2016), Arruda (2008) e Munanga (1996). Um trabalho que estabelece um diálogo com a religião do candomblé, espaço de aprendizagens em que circulam saberes/fazeres cotidianos pautados na construção, formação e ressignificação da ancestralidade afrodescendente.

Palavras-chave: Educação para as relações étnico-raciais; Kwê Ezin Azirí Dolá; Candomblé; Expressões de preconceito; Ancestralidade.

ABSTRACT

The present work deals with an Afrodescendent sociocultural analysis of the children of the Terreiro de candomblé Kwê Ezin Azirí Dolá located in the Municipality of Areia Branca / RN. The Work also inserts itself into the very memory and life story of the narrator-researcher, as a participant in the African matrix religion. It seeks to reconstruct the memories of Terreiro's children. It allows to bring the voices of these subjects, their bonds, affections that create a sense of belonging, of identity and ancestrality. It presents candomblé as a symbolic place of rituals and rituals, vibrations, sensations, based on the individual and collective experiences of its members. The research aims to: Understand the main implications of the prejudice suffered by the children of Terreiro Kwê Ezin Azirí Dolá in the schools of Areia Branca / RN. As specific objectives we highlight: Identify what motivates the expressions of prejudice against the children of the terreiro; Analyze how children react to this prejudice in their experience within the school and in the various spaces of the city in which they live; reflect the actions taken by the school to combat this type of discrimination. In this sense, the methodology used in the research is qualitative in the bibliographic modality, anchoring itself in the life stories and memories of Candomblé children, using the (auto) biographical method. In order to understand the (auto) biography we use as theoretical methodological input the authors: Josso (2010), Passegi (2003). To understand the processes and mechanisms of prejudice we have as a source: Oliveira (2016), Arruda (2008) and Munanga (1996). A work that establishes a dialogue with the religion of candomblé, a space of learning in which daily knowledges / practices based on the construction, formation and resignification of Afrodescendant ancestry.

Keywords: Education for racial Ethnicic relations. Candomblé. Prejudice expressions. Ancestry.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 – Deká de Yawô na casa Kwê Ezin Dolá, em Areia Branca/RN.....	18
Foto 2 – Com as Crianças do terreiro Kwê.....	20
Foto 3 – Iniciação no candomblé.....	22

LISTA DE SIGLAS

BA	Bahia
CNE	Conselho Nacional de Educação
ENUNE	Encontro de Estudantes Negros e Negras e Cotistas da UNE
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LEDOC	Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo
UFRB	Universidade Federal do Recôncavo Baiano
UFERSA	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
UNE	União Nacional dos Estudantes
UNEB	Universidade do Estado da Bahia
RN	Rio Grande do Norte

SUMÁRIO

1. TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR E APROXIMAÇÃO À TEMÁTICA EM ESTUDO.....	10
2. AS SEMENTES DO AXÉ E O TERREIRO KWÊ EZIN AZIRÍ DOLÁ.....	16
3. AS SEMENTES DO TERREIRO E AS EXPRESSÕES DE PRECONCEITOS.....	20
3.1 A escola e as sementes do Axé	23
4. PLANTAR O AXÉ, POR UMA EDUCAÇÃO CULTURAL AFRODESCENDENTE.....	26
5. DESCONSTRUINDO O CENÁRIO DO PRECONCEITO COM O DIREITO A DIVERSIDADE.....	28
6. TECENDO TEIAS DE LIBERDADE E AMOR... PRA NÃO DIZER CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	32
REFERÊNCIAS.....	34

1. TRAJETÓRIA DO PESQUISADOR E APROXIMAÇÃO À TEMÁTICA EM ESTUDO

Iniciamos esse trabalho trazendo à tona um breve histórico sobre a constituição do pesquisador enquanto sujeito e memórias. Em trajetos de vida, participante de narrativas, que permitem um mergulho nos diferentes cenários fortalecedores de uma identidade, traduzidas em histórias de indivíduos e resgate de sua dignidade. Um passeio por caminhos, palavras, sentimentos e emoções que ressignificam a alma humana. Narrar as vidas e vivências, permite uma viagem pelo imaginário, pela criatividade, na construção de enredos, na subjetividade onde o outro se faz presente no nosso lugar de fala. Reconstrói-se então uma história em formação singular e plural.

O desejo de conhecimento e de poder relatar essas experiências aponta como possibilidade de ressignificação das memórias, nas esteiras da vida de cada relação com os sujeitos da pesquisa. Nesse percurso, apresento inicialmente minha história de vida, minhas experiências e trajetos como tessituras que marcam minha existência enquanto sujeito histórico e também enquanto pesquisador.

Vindo da Comunidade de Tapiraípe, zona rural da cidade de Ruy Barbosa, localizada na Chapada Diamantina no Estado da Bahia, território de tradições das raízes africanas e afrodescendentes, tive uma infância marcada pela cultura negra, pelos costumes e tradições ancestrais das religiões de matriz africana e isso foi significativo para minha formação social.

Assim, quando criança, participei ativamente dos ritos e rituais da comunidade da cultura do candomblé, das comidas típicas, dos batuques e batucadas. Uma tradição que sempre foi passada de geração a geração. Durante a noite na comunidade esses costumes ganhavam força e se estendiam ao som do pandeiro e ao som do toque que encantava os participantes. Os pandeiros eram colocados ao chão e uma quantidade de crianças ofereciam ao altar dos orixás comidas e reverências. Com o passar do tempo minha avó, que era benzedeira e parteira, me incentivou a estar mais frequente ao candomblé e levar mais a sério os rituais dessa religião.

Sobre o candomblé, de acordo com Botão (2007, p. 15):

Essa religião, resultado do contato entre diferentes religiões e culturas africanas, convencionou-se chamar no Brasil de candomblé, por isso, pode-se dizer que o candomblé é uma “invenção” brasileira que contém uma africanidade. Essa religião – bem como outras religiões de matriz africana no continente americano como a santeria e o vodu – só despertou o interesse dos estudiosos no período pós-abolição, quando o Brasil se interrogava sobre seu futuro, e quando, diante das ideologias evolucionistas e racistas que predominavam na época (século XIX), a população negra do país era vista como um empecilho ao progresso da nação.

O Candomblé se consagra como religião ancestral, marcada por ritos e rituais africanos na cultuação aos orixás e de suas divindades negras evocando os espíritos dos nossos antepassados, florescendo um processo de valores, divindades, respeito, identidades num misto de práticas religiosas e memória. No candomblé há sempre uma hierarquia começando do mais novo até o mais velhos, o pai e a mãe de santo, são as figuras de maior autoridade no terreiro, há um respeito muito grande e profundo dos membros da comunidade.

Na Comunidade Tapiraípe, as pessoas faziam promessas para Cosme e Damião, santos católicos ligados ao sincretismo religioso que correspondem no candomblé aos orixás Ibejis, são para as religiões afrodescendentes entidades, consideradas “crianças”, que ajudam na cura, em “abrimentos de caminhos”, ou seja, para se conseguir um emprego, um amor, etc. Para tanto, se a “graça” fosse alcançada, fariam um caruru – comida feita a base de vatapá, arroz branco, macarrão, galinha caipira, cortado de abóbora e mingau de fubá – para agradecer as entidades. Assim, passei a infância e adolescência participando dos cultos do candomblé mesmo de forma indireta, pois ainda não era *consagrado*¹ à religião. Desse modo, o candomblé sempre esteve presente em minha vida, na (auto) formação, no meu cotidiano, nas minhas memórias e isso me permite um mergulho na minha ancestralidade, pelos ritos e rituais em que fiz parte ao longo da minha trajetória enquanto sujeito.

Durante certo período na minha adolescência, no ano de 2010, entre os meses de abril a junho deixei de participar do candomblé e comecei a frequentar a igreja católica, pois fui convidado a participar de obras de caridade e grupos de jovens, ao qual aceitei ainda no mesmo ano de 2010. Nesse momento da minha vida, queria desbravar novos horizontes e viver outras realidades, então participei dos cultos e ritos da igreja católica, atuei como catequista e coroinha na cidade de Ruy Barbosa. No entanto, por mais que estivesse participando dos grupos de jovens, sentia que deveria voltar as minhas raízes e retornar ao candomblé que havia deixado. Foi então que na minha juventude, no ano de 2012 comecei a frequentar um terreiro de Candomblé na cidade vizinha de Utinga-BA.

Depois de me tornar participante do terreiro de Utinga, o senhor do terreiro, José Valença dos Santos me fez o convite para uma festa e culto aos orixás, estive presente e após esse período, fiquei participando das festas e religiosidades, esse foi o momento que considero como retorno à religiosidade e aos ritos do candomblé.

Em março de 2014, recebi o convite de Euclides Flor da Silva Neto, para morar na cidade de Mossoró/RN, aceitei. Ao chegar à cidade, ainda em 2014, logo fui à busca de um

¹ Consagração corresponde ao batismo para os cristãos.

terreiro de candomblé ou umbanda, pois estava decidido a iniciar² e me consagrar à prática da religião do candomblé.

Chegando a Mossoró, frequentei a umbanda, religião brasileira de matrizes africanas que sintetiza e traz consigo os elementos e divindades da natureza, água, mar, rios, mata etc. Foi meu primeiro contato com a religiosidade afro-brasileira. Diferente do candomblé, a umbanda é uma religião brasileira forjada a partir dos costumes dos povos negros já estabelecidos no Brasil com a cultura indígena. Em Mossoró, conheci o Babalorixá³ José Neto de Almeida, onde passei dois anos participando ativamente dos cultos.

Esses lugares, trajetos e desafios vivenciados durante toda minha vida nos terreiros de candomblé, passando pela igreja católica e na umbanda criaram minha identidade e cultura afrodescendente. Lugares onde nasci, onde pude mergulhar nas memórias ancestrais afrodescendentes. Evocando diferentes cenários e práticas culturais das religiões de matrizes africanas.

Esses passeios pelas lembranças e passos dessa caminhada me conduziram a desbravar as histórias das sementes do Axé⁴, que se reflete na minha própria história. Assim, esse percurso conduz diretamente ao interesse pela pesquisa, tento em vista verificar nos desafios postos as crianças de hoje, alguns muito semelhantes aos que tive que enfrentar na minha infância e juventude, sobretudo no que diz respeito ao preconceito.

As sementes do Axé, são crianças, meninos e meninas que tem o desejo de inscrever sua religião na sua própria vida, mesmo com tantos desafios, com tantos preconceitos, num cenário de exclusão social, numa tentativa de desconstrução dessa discriminação, resistem e lutam pelo direito à diversidade do culto religioso na sua comunidade, e ao respeito.

Conheci o Babalorixá José Neto de Almeida, “Pai de Santo”, que é referência na cidade de Mossoró/RN e diretor do terreiro: Centro Espirita de Umbanda Xangô Agojô. No terreiro tive oportunidade de desenvolver os saberes/fazeres da religião, bem como participar ativamente das atividades sociais do centro.

Nesse cenário religioso em que sempre estive presente, tanto na minha formação escolar como ao longo da minha vida, foram essenciais para a formação e apreensão de saberes e conhecimentos. Quando estudava na educação básica da Bahia, ainda criança, tinha vergonha de me posicionar como uma pessoa de terreiro, ou seja, um frequentante de religião africana,

² Se consagrar, se batizar na religião de matrizes africanas.

³ Pai de santo, pai de terreiro, babalorixá, babaloxá ou babá é o sacerdote das religiões afro-brasileiras.

⁴ Crianças do Terreiro Kwêzin Arizí Bolã.

no caso o candomblé. Passei por inúmeros preconceitos e discriminações em virtude do uso de adereços durante as aulas. Uma toquinha na cabeça e, as vezes ir para a escola com um colar de búzios no pescoço tornava-se um grande desafio.

Passei anos sofrendo *bullying*, amordaçado em silenciamentos e palavras contidas no meu interior. No entanto, na adolescência após anos de reflexão pude desconstruir todo o preconceito, toda a forma de discriminação, foi o momento em que pude realmente com a tomada de consciência com essas experiências escolares me reafirmar como sujeito de direito à diversidade religiosa. Esse foi um dos principais motivos de ter optado por essa pesquisa. Pelas minhas memórias silenciadas por tanto tempo e pela preocupação e compreensão das crianças que estão em espaços escolares que são de terreiros de candomblé, para que não possam viver em meio ao preconceito, mas que sejam respeitadas nas suas diversidades.

Esse também é um chamamento à escola, aos professores e gestores que, direta ou indiretamente têm responsabilidades sobre o respeito à pluralidade religiosa dos seus alunos e alunas. A escola deve ser espaço de respeito e construção de saberes a partir da diversidade, jamais pode se colocar em lugar de coerção à diferença. Porém, como sabemos, a pedagogia dominante ainda é uma pedagogia da hegemonia, branca, cristã e masculina, uma forma de segregar que precisa ser superada.

Após minha adolescência e estando em Mossoró, no ano de 2015, ao ser classificado no curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo (LEDOC), na Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), pude colocar em prática os saberes advindos da minha infância, participei de diversos seminários, de práticas educativas e vivenciais relacionadas às religiões afro-brasileiras. Saberes que adquiri ainda quando criança, dos tambores, dos cânticos, das preparações das comidas e das oferendas aos orixás. A partir do momento que entrei no Curso percebi que era um espaço onde podia aprofundar os estudos e conhecimentos sobre minha religião.

Tive oportunidade de participar do IV ENUNE - Encontro de Estudantes Negros, Negras e Cotistas da UNE. Nesse encontro, realizado em 2015, na Universidade do Estado da Bahia (UNEB), localizada em Salvador, pude realmente entender por meio dos debates, rodas e círculos de conversa, qual o “Brasil que queremos para a população negra”, e discutir a superação do racismo, a emancipação do povo negro e das religiões de matrizes africanas, bem como refletir sobre as lutas populares e antirracistas. Um evento, que contou com batucadas, rodas de capoeiras, danças, maracatus, mesas temáticas e grupos de trabalhos na construção de propostas para a efetivação de políticas direcionadas a população negra e das religiões de matrizes africanas.

O curso de Licenciatura em Educação do Campo da UFERSA dialoga com os fazeres populares, com a formação profissional, com as práticas educativas, com as vivências e saberes, alinhado ao papel da universidade em formar pessoas humanas e que tenham o comprometimento social com o outro. Compartilhando com o objetivos da Universidade que tem como objetivo:

[...] produzir e difundir conhecimentos no campo da educação superior, com ênfase para a região semi-árida brasileira, contribuindo para o exercício pleno da cidadania mediante formação humanística, crítica e reflexiva, preparando profissionais capazes de atender às demandas da sociedade (UFERSA, 2006).

Partindo desse princípio foi exatamente no Curso que fiz a conexão de tudo aquilo que vivenciei como um divisor de águas que me inspirou a narrativa do outro, a construir enredos, a ressignificar a minha vida a cada momento, a me espelhar a partir de mim e do outro, a me permitir a escutar o outro, e perceber que cada teia, que se tece fio a fio, nas narrativas e histórias de vida, são formativas e autoformativas.

No curso de Licenciatura Interdisciplinar em Educação do Campo escrevi alguns artigos, dentre eles um em especial do terreiro em que frequento. O artigo intitulado: “Do Semi-Árido Nordestino: raízes da cultura nagô, no terreiro Xangô-Agojô”, analisou e refletiu sobre a trajetória do Terreiro Xangô-Agojô, bem como realizou um diagnóstico a partir das vivências tradicionais dos sujeitos do terreiro. Este artigo foi publicado na revista Entrelaçando – Revista Eletrônica de Culturas e Educação da Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), teve como orientador o então professor do Curso, Linconly de Jesus Alencar, e coautor: Euclides Flor da Silva Neto. Foi um dos trabalhos marcantes, pois iniciei a contar por meio do terreiro onde até hoje frequento, a minha própria história de vida, marcada pelas experiências, histórias de formação no singular e no plural.

Ao visitar os terreiros de candomblé na cidade de Areia Branca e dialogando com as crianças do terreiro sobre como eram suas vidas escolares, se sofriam algum tipo de preconceito ou discriminação, elas narraram que se sentiam diversas vezes excluídas pela turma. A partir desse momento, comecei a perceber o quanto as crianças sofriam o preconceito.

Nesse sentido, essa pesquisa sobre as crianças do terreiro de candomblé e as expressões de preconceito sofrido por elas em escolas no município de Areia Branca/RN, permite trazer as vozes, as narrativas das crianças, dos meninos e meninas do candomblé que sofrem em silêncio diversas forma preconceito. A escrita dessa pesquisa está possibilitando relatar vidas e

vivências, desconstruir o preconceito e experimentar por meio das narrativas outro olhar sobre as crianças do candomblé.

Inicialmente o trabalho parte do seguinte problema: Quais as implicações do preconceito sofrido pelas crianças do Terreiro Kwê Ezin Azirí Dolá na escola? Para dar uma resposta a essa interrogação foi preciso ir a campo, realizar questionários com as crianças do terreiro, buscando entender os processos e histórias de preconceitos vivenciadas por elas. Inicialmente tivemos uma roda de conversa com as crianças, nas quais as questionei sobre os preconceitos que elas enfrentavam na escola, a partir de então pude realizar um questionário com questões relativas e específicas ao tema.

Assim, nossa pesquisa tem como objetivo geral:

- Compreender as principais implicações do preconceito sofrido pelas crianças do Terreiro Kwê Ezin Azirí Dolá nas escolas de Areia Branca/RN.

Como objetivos específicos destacamos:

- Identificar o que motiva as expressões de preconceito contra as crianças do terreiro;
- Analisar, como as crianças reagem diante desse preconceito na sua vivência dentro da escola e nos diversos espaços da cidade em que moram.
- Refletir quais as ações adotadas pela escola para combater esse tipo de discriminação.

Nesse sentido, a metodologia utilizada na pesquisa é de cunho qualitativo na modalidade bibliográfica, ancorando-se nas histórias de vida e memórias das crianças do candomblé, utilizando o método (auto) biográfico. Para a compreensão da (auto) biografia utilizamos como aporte teórico metodológico os autores: Josso (2010), e Passegi (2003). E para entender os processos e mecanismos do preconceito tivemos como fonte: Oliveira (2016), Arruda (2008) e Munanga (1996).

Falar do preconceito é desconstruir uma cultura do medo, do aprisionamento, é sair do silêncio e refletir sobre os processos e relações interpessoais diárias que passam aqueles que sofrem cotidianamente agressões à sua própria integridade. O grito das sementes do Axé ecoa diariamente pela cidade de Areia Branca/RN, como um grito de resistência, de luta, pois embora “pequenos”, esses meninos e meninas, sofrem verdadeiramente um ataque ao seu culto religioso. A história de vida de alguns desses meninos/as é carregada de angústias, sofrimentos, tristezas, desânimos e sem motivação para irem frequentar o espaço escolar, pois é justamente neste lugar onde se deveria garantir o direito e promoção da igualdade, onde eles são discriminados e rejeitados pelos seus colegas, por pertencerem à religião ancestral afrodescendente.

As diversas formas de preconceitos vivenciados/as por essas sementes do Axé acontecem em sua maioria nos intervalos, nos momentos recreativos. Constituindo um espaço que deveria ser de divertimento e descontração, em um momento de agressão e *bullying*. Esse preconceito e agressão simbólica afeta diretamente a vida e motivação das sementes do Axé, pois esses meninos e meninas sentem-se inferiores e por vezes não têm prazer em realizar atividades cotidianas nem mesmo saírem de casa ou brincarem com seus colegas.

Compreender o preconceito e discriminação na sua gênese, é poder criar mecanismos para combatê-los, é através dessas relações pessoais que se apresentam, apontar saídas desses silenciamentos. Para tanto, se faz necessário que o professor, como educador social e atento a essas diversas formas de preconceitos, intervenha de forma significativa na raiz do problema, criando formas de diálogo e compreensão entre os educandos.

Pensar uma proposta de projeto pedagógico na construção e articulação de uma prática educativa que desmistifique o preconceito existente sobre as religiões de matrizes africanas se faz urgente e necessário. Nessa proposta, com o compromisso do corpo docente, com a gestão escolar e com a comunidade, partilhando da mesma ideia no esforço para o bem comum, a educação religiosa e o respeito à diversidade acontece de forma significativa.

Finalmente, o candomblé tem sido na minha trajetória de vida, lugar de ancestralidade. Ambiente de vivências e memórias na compreensão e construção da minha identidade negra. Essa construção se faz presente não somente nos ritos e rituais, mas também no processo de ensino e aprendizagem dos cânticos, dos elementos afrodescendentes que perpassam todo o rito do candomblé. No campo da minha formação, optar por esse tema das crianças do candomblé, permite o reconhecimento de identificação e fortalecimento de uma identidade que possibilita adentrar lugares silenciados, lugares plurais, onde a religião se caracteriza como conjunto de experiências constitutivas de uma formação e aprendizagem como prática pedagógica e ressignificação de conceitos no percurso das memórias e da autoformação.

2. TERREIRO KWÊ EZIN AZIRÍ DOLÁ: PRINCÍPIOS PEDAGÓGICOS E IDENTIDADE CULTURAL

O Terreiro Kwê Ezin Azirí Dolá⁵ está localizado na cidade de Areia Branca, no interior do Estado do Rio Grande do Norte. Fundado em 11 de janeiro de 2011 pelo diretor espiritual Djalma Ribeiro Sobrinho, popularmente conhecido como Nilcleberty Ribeiro, o Terreiro é

⁵ Termo que significa Casa das Águas Doces. Denominação dada pelo regente e Pai de Santo Nilcleberty Ribeiro.

composto atualmente por 40 membros e se apresenta como espaço religioso ancestral de afirmação das práticas culturais de matrizes africanas.

As crianças e os participantes do Terreiro, logo na iniciação, aprendem sobre os ritos e rituais do terreiro, bem como a ancestralidade, ou seja, eles aprendem quem são os descendentes, quem são seus ancestrais, as lutas que se deram, todo o processo de resistência enfrentados pelos negros e negras durante a escravidão até trazerem sua religião para o Brasil, ou seja o candomblé.

O terreiro se encontra em uma zona periférica, em uma área de concentração de crianças e adolescentes, de risco e vulnerabilidade social. São adolescentes e crianças com baixa frequência escolar e altos índices de reprovação, com famílias desestruturadas e pouco diálogo. Além disso, a problemática das drogas, junto à exploração sexual de meninos e meninas faz parte do contexto e realidade de Areia Branca. Diante dessas questões, o Terreiro converte-se em um espaço de acolhida e formação para esses sujeitos ligados diretamente a religião Afro.

O Poder Público local, por sua vez, busca contribuir para a preservação dessa tradição. Ações como cinema, realizadas pelo Terreiro com apoio e incentivo do Poder Municipal tem fomentado a participação da comunidade, bem como, resgatado a história dos Orixás, dos “santos” que são venerados no candomblé. Nessas ações o papel do Terreiro tem sido de grande importância para desmistificar o preconceito existente na cidade de Areia/Branca.

Além disso, o poder público de Areia Branca vem criando também mecanismos e políticas públicas para o combate às drogas e exploração sexual, isso a partir de programas, ações e projetos como, por exemplo, o Programa de Apoio à Família e a Juventude, pautado numa prática pedagógica continuada, tendo como foco a reintegração desses meninos/as e adolescentes ao seio familiar. Buscando fundamentalmente oferecer atividades artístico e culturais, bem como possibilitar novas experiências com formação pedagógica para a inclusão e envolvimento das crianças e adolescentes em espaços educacionais, contribuindo para sua sócioeducação e fortalecimento das famílias.

O terreiro Kwê busca também criar formas para a inclusão das crianças da comunidade de forma a possibilitar através da religião a pluralidade e convivência social educativa, com ações no interior do “barracão⁶”, com enfoque em uma formação ancestral, possibilitando a reflexão sobre crenças, preconceitos, violência, discriminação, racismo, sexualidade, com aporte teórico metodológico em “temas transversais”. O terreiro parte de uma forma

⁶ O Barracão é o lugar onde acontece os ritos e rituais do candomblé. O terreiro Kwê Ezin Dolá, é a casa de consagração e culto aos orixás. Existe também outras denominações ao nome que se dá ao Barracão como por exemplo, “Roça”, Ilê e Terreiro.

organizativa com sentimento de reconhecer e encarar os conflitos existentes na comunidade. A sua história e desafios se inscrevem no cenário de reconstrução das raízes afrodescendentes, em dimensões de uma ação educativa pautada nas experiências ancestrais, nos ritos e rituais que integram uma estrutura de conhecimentos compartilhados no interior do terreiro e na comunidade. Para tanto, Oliveira (2006, p. 18) escreve:

É preciso re-pensar a história brasileira a partir do legado africano. Sem isso, perderíamos em profundidade e qualidade o conhecimento sobre nós mesmos. A brasilidade, em muito é tributária da africanidade. As africanidades re-desenham e re-definem a identidade nacional e, com isso, o projeto político, econômico e social brasileiro. Ainda que o discurso político e acadêmico tenham excluído, durante séculos, a experiência africana no Brasil, sua influência não deixou de exercer papel fundamental na construção do país. Chegou o tempo de ouvir quem foi calado.

Como parte desse processo integrador temos as “sementes do Axé”, ou seja, meninos e meninas oriundos da própria comunidade que trazem consigo uma identificação cultural com as religiões afro e são participantes dos cultos e das vivências individuais e coletivas existentes no terreiro Kwê. A seguir, na imagem 1, apresentamos uma representação de uma atividade desenvolvida no âmbito do Terreiro.

Foto 1- Deká de Yawô na casa Kwê Ezin Dolá, em Areia Branca/RN. O nome Deká significa quando a pessoa completa sete anos de iniciado no candomblé recebe o cargo de Babalorixá, sendo Homem e, Yalorixá sendo Mulher. Essa cerimônia acontece sempre que o filho ou filha de santo completa os sete anos de feitura de santo. O dirigente convida demais pessoas inclusive outros Babalorixás e Yalorixás, entre outras pessoas para participarem. Vale lembrar que após o iniciado tomar o Deká o mesmo poderá abrir sua própria casa de santo e ter seus filhos de santo.



Fonte: Arquivo pessoal Nilcleber Ribeiro, 03 de dezembro de 2014.

Para a compreensão das atividades registradas no terreiro Kwê o sacerdote o Doté Nilkleberty Ribeiro reúne os “filhos de santo”⁷, considerados os membros, para refletir sobre as ações que são desenvolvidas no terreiro. O diálogo em grupo com as principais discussões das atividades educativas se pautam nas reais necessidades da comunidade tendo como foco uma proposta pedagógica. São realizados eventos os quais: doações de brinquedos para crianças realizado no mês de setembro, atividades culturais, danças, pinturas, teatro para adolescentes. O terreiro também realiza ações de cunho social a partir da entrega de cestas básicas para ajudar as famílias de baixa renda.

Busca por meio de sessões de cinema, e debates a reflexão crítica da situação da comunidade e sistematiza problematização, análise e síntese do que pode ser trabalhado partindo dos próprios anseios dos participantes, isso marca mais uma vez o caráter educativo do Terreiro. O cinema é realizado no próprio Barracão, com temáticas que envolvem a cultura afrodescendente, tendo sempre como foco filmes que trazem a cultura negra como pertencimento ancestral e identidade afro-brasileira. São filmes que demonstram a valorização do negro/a, da sua cultura, da sua raiz africana.

O terreiro e seus membros trabalham de forma a reafirmar a identidade negra, o pertencimento e ancestralidade dos participantes, dos meninos/as e adolescentes. Traz em seu legado o saber tradicional, despertando em cada um a sua identidade afrodescendente, propiciando uma aprendizagem de construção e desconstrução sobre conteúdos, sobre a cultura do Axé, sobre sua identidade negra. Eduardo Oliveira (2006, p. 136) ressalta:

A identidade negra foi colorida e repintada nas cores da tradição afrobrasileira. Identidade que se afirma como projeto político e como construção cultural. Identidade que é ao mesmo tempo resgate e criação. [...] A contínua construção da identidade afrodescendente é uma necessidade da experiência da forma cultural afro-brasileira.

Essa identidade negra ressalta o saber tradicional tão relevante para o diálogo pedagógico, especialmente para as crianças em processo de formação. Todo esse momento se faz partindo da interação entre os membros do terreiro, as crianças e os adolescentes da comunidade. O terreiro parte de uma perspectiva cultural afrodescendente, suas ações e práticas pedagógicas tem como fim o despertar para o fortalecimento de vínculos entre as religiões de matrizes africanas e a comunidade em que faz parte, para o respeito e empoderamento dos

A expressão faz alusão à familiaridade que passa a existir entre pai de santo, ou seja, o dirigente do terreiro e o filho de santo, ou seja, o ingressante no terreiro.

sujeitos que compõem o terreiro, com saberes e fazeres cotidianos trabalhados em coletivo expressando maneiras e modos de se viver melhor em comunidade.

3. AS CRIANÇAS DO TERREIRO E AS EXPRESSÕES DE PRECONCEITOS

Narrar às histórias das sementes do axé, das meninas e meninos oriundos de terreiro é desbravar um universo repleto de emoções, sensações e amor pela ancestralidade afrodescendente. São crianças que carregam consigo uma identidade cultural ímpar pautada em práticas e ações do candomblé, as quais são expressões significativas em suas vidas.

Para Oliveira (2007, p. 256): “[...] a ancestralidade é o que dá forma ao corpo e, inversamente, o corpo dá conteúdo à ancestralidade. A sapiência que brota do chão fecunda o território-corpo que expressa à cultura dos africanos e afrodescendentes”. E essa ancestralidade se faz presente na vida das sementes do axé, no seu cotidiano. Essas crianças carregam consigo o desejo de se dedicarem a religião, com o intuito de intervir na sociedade de forma a criar um espaço de respeito e dignidade pelas suas práticas religiosas. Elas compreendem o terreiro como espaço de aprendizagens, de saberes/fazeres, de uma prática pedagógica onde estão inseridos, lugar onde podem reverenciar e cultuar suas divindades e não serem discriminados por isso.

Foto 2: Com as Crianças do terreiro Kwê.



Fonte: Arquivo pessoal Nilcleberty Ribeiro, 10 de junho de 2019.

Narrar suas histórias é escrever suas vivências em coletivo, é registrar todo seu processo em formação. Para tanto a autobiografia desses meninos/as traz uma nova leitura da realidade, um diálogo no axé, no contato com suas formas de organização, nas suas relações de cooperação entre si, nas suas condições onde vivem e residem, na sua maneira de ser, na sua cultura e principalmente no papel da religião nas suas vidas. Souza (2008, p. 45) afirma: “Através da abordagem biográfica o sujeito produz um conhecimento sobre si, sobre os outros e o cotidiano, revelando-se através da subjetividade, da singularidade, das experiências e dos saberes”. Nesse caminho da abordagem autobiográfica, as sementes do axé estabelecem redes de saberes, de construção e formação, compreendendo as teias e tramas da sua própria história e criando vínculos como ponte para o conhecimento.

O processo de formação que caracteriza o percurso de vida de cada um permite trazer à luz, progressivamente, o ser-sujeito da formação, vê-lo tomar forma psicossomaticamente, psicologicamente, sociologicamente, economicamente, culturalmente, politicamente, espiritualmente, numa sá- bia e singular teia, produzindo assim um motivo único (“peça única” nas artes visuais) (JOSSO, 2007, p. 423).

Nesse processo de formação os meninos/as do axé tomam consciência de si e do outro num processo de auto formação, de apropriação de valores, de leitura da realidade em que fazem parte, de convivência em comunidade. Suas histórias de vida descrevem todo o trajeto e vida comunitária ressaltando uma realidade fraturada e tensa, carregada na maioria das vezes, por expressões de preconceito e discriminação, por serem pertencentes a terreiros de candomblé e realizarem rituais ancestrais nas religiões de matrizes africanas. Desmitificar essas práticas de seus costumes e crenças tem sido cada vez mais difícil, pois a sociedade ainda limita-se a criar tabus para a discussão sobre povos tradicionais de terreiros.

Foto 3: Iniciação no candomblé. Esse é o momento que após o Yao, iniciante no Candomblé ficar 12 dias recolhido em um quarto com todos rituais e aprendendo os preceitos da religião. Logo em seguida se dá sua saída que é chamada a “saída de quarto”. Onde o dirigente, ou seja, o Babalorixá, para a apresentação do novo iniciado na religião ser apresentado a comunidade.



Fonte: Nilcleber Ribeiro, janeiro de 2016.

As sementes do axé enfrentam cotidianamente expressões do preconceito, sejam na escola, na comunidade ou até mesmo na família. Porém, vamos nos deter nessa pesquisa ao cenário escolar. Ouvir suas histórias de vida nos leva a repensar o território das religiões de matrizes africanas com aprofundamento de questões não somente voltadas a religiosidade, mas, sobretudo as imensas dificuldades e discriminações enfrentadas pelos povos de terreiro. As crianças iniciadas na prática do candomblé no terreiro Kwé, tem sido alvo de constantes expressões de preconceito como racismo, discriminações, chacotas e *bullying*. Essas expressões favorecem a existência de uma violência simbólica⁸ que leva meninos/as a terem “vergonha” de realizarem seu culto religioso e se sentirem pressionados a abandonar a prática.

Esta violência simbólica parte na maioria das vezes de se sobrepor ao outro, ligado ao poder simbólico, em que manipula e cria um conflito sobre o que é certo e o que é errado. Bourdieu (1989, p. 7-8) chamou de “poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem”.

⁸Segundo Bourdieu (1996): A violência simbólica é essa violência que extorpe submissões que sequer são percebidas como tais, apoiando-se em “expectativas coletivas”, em crenças socialmente inculcadas. Como a teoria da magia, a teoria da violência simbólica apoia-se em uma teoria da crença ou, melhor, em uma teoria da produção da crença, do trabalho de socialização necessário para produzir agentes dotados de esquemas de percepção e de avaliação que lhes farão perceber as injunções inscritas em uma situação, ou em um discurso, e obedecê-las.

Na realidade esse poder simbólico é reconhecido como legítimo por aqueles que o exercem de forma sutil e subversiva. Os meninos/as do Axé, embora reconheçam a ancestralidade de suas religiões, também trazem consigo o sentimento de exclusão de suas práticas religiosas, por causa dos olhares das pessoas, dos xingamentos, e por pertencerem aos bairros periféricos da cidade de Areia Branca. Contudo, seus sonhos de poder realizar seus cultos de forma pacífica e com liberdade de expressão são molas propulsoras para a aceitação da sociedade das suas práticas religiosas. É o elemento vital para que os meninos e meninas do axé continuem a festejar sua ancestralidade e tradição.

3.1 AS SEMENTES DO AXÉ E O PAPEL DA ESCOLA: LIMITES E PERSPECTIVAS

As histórias e os desafios das sementes do Axé se apresentam na sua formação escolar como sujeitos de direitos num cenário de exclusão social. Escola Municipal Geralda Cruz, localizada no município de Areia Branca/RN, se traduz como espaço de ensino aprendizagem tem como principal foco garantir uma prática educativa e pedagógica para as crianças, uma educação voltada para o respeito à diferença, tendo como compromisso a construção de princípios e promoção da igualdade como educação libertadora pautada nos saberes/fazer (FREIRE, 1967).

O protagonismo das crianças do Axé e sua construção social se pautam inicialmente nas rupturas enfrentadas nas expressões de preconceito existentes nos espaços escolares. Lugar este que, como dito, deveria ser centro de partilha, de experiências educacionais e principalmente da construção da cidadania e justiça social, mas que, infelizmente ainda acaba por reproduzir aspectos negativos que circulam no meio social, sobretudo o racismo. A fala a seguir ilustra um pouco daquilo que estamos querendo dizer:

Em plena sala de aula, fui xingado pelos meus colegas. Chamado de macumbeiro, de que fazia coisas do demônio. Fiquei muito triste, mas meus coleguinhas aqueles que realmente gostam de mim me defenderam. E eu, hoje tenho muito orgulho de ser do candomblé, de participar da religião e de fazer minhas coisas na religião. De poder participar das atividades que acontecem na religião. Não tenho vergonha e sim amor e carinho por estar nessa religião. (Fala de “Ferrerinho” 10 anos de idade, como gosta de ser chamado, entrevista em 20 de abril de 2019).

Nas falas de “Ferrerinho”, como gosta de ser chamado, percebe-se o amor e pertencimento pela religião, a identidade que se faz presente, mesmo sendo uma criança, é possível perceber o seu orgulho pela religião de matriz africana.

Como sabemos, os espaços escolares são permeados frequentemente por situações de *bullying*, preconceitos advindo dos alunos e professores. Mesmo com o esforço educativo de alguns professores e educadores, essas situações não são resolvidas completamente, com isso acaba que crianças oriundas do candomblé são por vezes discriminadas, afugentadas e isoladas, havendo, portanto um processo cultural enraizado no preconceito e na não aceitação da diversidade religiosa, como defende o marco legal da educação brasileira e a própria Constituição de 1988.

De acordo com o artigo 26 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei nº 9394/1996 - LDB) aos estabelecimentos escolares compete levar “em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das indígenas, africanas e europeias”. (BRASIL, 1996). Em seu artigo IV garante o “respeito à liberdade e apreço à tolerância”. Isso se pauta na não discriminação religiosa e todo combate ao preconceito existente na escola. Para tanto:

[...] conhecer e valorizar a pluralidade do patrimônio sociocultural brasileiro, bem como aspectos socioculturais de outros povos e nações, posicionando-se contra qualquer discriminação baseada em diferenças culturais, de classe social, de crenças, de sexo, de etnia ou outras características individuais e sociais (BRASIL, 1997).

A maioria dessas crianças são oriundas de classes populares, por vezes desamparadas e iniciam muito cedo um processo de resistência social, pois precisam enfrentar as densas tristezas e crueldades na luta pela sua resistência e criatividade religiosa. A própria Constituição Federal expressa em seu artigo 205:

Art. 205 – A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206 – O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;

III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas

(...)

VII – garantia do padrão de qualidade.

Nesse sentido percebe-se que a educação além de ser um direito de todos/as, ela deve prioritariamente garantir nos espaços escolares a liberdade e o pluralismo de ideias como um fundamento jurídico já garantido na própria Constituição Federal como bem frisado acima. A

escola deve ser pautada num lugar de construção de saberes/fazeres cotidianos, direcionada para ações pedagógicas que desenvolvam cidadãos comprometidos com o bem social, o respeito a diversidade e sobretudo seres críticos e conscientes.

O processo de ensino aprendizagem permite justamente a qualidade do ensino, bem como favorece ações e práticas educativas voltadas para o respeito com os educandos, contribuindo para a formação cidadã dos alunos/as, envolvendo a comunidade escolar como parceira nas relações pedagógicas e fortalecendo o papel e função social da escola. No entanto, as práticas de preconceitos existentes nesses espaços escolares têm levado os estudantes a se ausentarem da escola, aumentando índices de desistência e infrequência nas aulas. Para tanto se faz necessário iniciativas tanto por parte da escola, da família, do poder público, como dos conselhos escolares e comunidade para uma real mudança dessa realidade.

No município de Areia Branca a Escola Municipal Professora Geralda Cruz, tem realizado ações pedagógicas planejadas, como palestras, fóruns, envolvendo todos os segmentos escolares para participação na promoção do bem estar dos alunos/as, com o objetivo de melhorar a qualidade do ensino e suprimir as práticas de preconceito e discriminação.

A escola ainda não tem uma equipe completa por falta de profissionais; necessita-se garantir a atualização e validação da proposta pedagógica da escola, anualmente, com a participação de todos os segmentos da comunidade escolar; precisamos melhorar as nossas práticas avaliativas do desempenho de professores e dos demais profissionais, ao longo do ano letivo; é necessário promover novas práticas de valorização e reconhecimento do trabalho e esforço dos professores e demais profissionais das escolas e reforçar ações voltadas para melhoria da qualidade do ensino.

No que diz respeito à Escola Municipal Geralda Cruz, percebe-se que têm unido forças, juntamente com a equipe pedagógica para favorecer condições para que se tenha um ambiente de solidariedade, respeito à diversidade religiosa, amizade dentro da unidade de ensino. Portanto, as maiores das que fazem a escola procuram desenvolver as suas atribuições da melhor maneira possível para que os pais e alunos fiquem satisfeitos com o trabalho. A Escola busca se projetar e proporcionar a toda a comunidade escolar a participação e a prática em eventos socioculturais que valorizam e respeitam o ser humano. Mostra sempre que todos/as devem ser respeitados e aceitos independentemente da sua condição social, religião, raça e diversidade. Valoriza-se sempre o princípio de que todos são iguais e que devem ser respeitados.

A Escola Municipal Geralda Cruz, portanto, procura cumprir ações, planos e metas num processo de monitoramento da aprendizagem dos alunos/as, para detectar quais estão passando

por dificuldades em disciplinas ou enfrentando expressões de preconceito e discriminação dentro e fora do espaço escolar. Utiliza como instrumento de avaliação a observação, testes, provas, trabalhos em grupo e atividades extra sala de aula. Faz uso de planilhas para coleta de dados como uma das ferramentas de avaliação. A avaliação é feita de forma contínua, com observância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e no fortalecimento da ética e da valorização da pessoa humana, realizada de forma diagnóstica pelos professores com o acompanhamento da equipe pedagógica. Assim, os pais são informados sobre a vida escolar dos seus filhos no início do ano letivo, ao final de cada bimestre, através do boletim escolar e das reuniões de pais e mestres ou em situações extraordinárias.

4. PLANTANDO O AXÉ: POR UMA EDUCAÇÃO CULTURAL AFRODESCENDENTE

O Terreiro de Candomblé se consagra como uma família afrodescendente, desde os que participam indiretamente da religião, até aqueles que promovem os ritos e rituais e os processos culturais que regem o terreiro. A partir do momento que uma pessoa começa a participar ativamente dos cultos do candomblé, é necessário que o Babalorixá jogue o jogo de búzios que irá dizer qual é o seu orixá. Após isso, é preparado um colar de contas, ou seja, de missangas, que o sujeito passará a usar no decorrer dos rituais. Como a pessoa ainda não é iniciante no sentido de feitura de santo, ou seja, não teve toda a consagração ritual no candomblé, usa apenas um fio de contas de missanga. Depois desse momento, torna-se um membro da casa, do terreiro de candomblé, que ao longo do tempo, esses laços afetivos vão se estreitando, passando a existir uma relação cada vez mais forte com os demais filhos de santo do terreiro, se tornando uma família não sanguínea, mais afetiva.

O terreiro é considerado sua segunda família, marcado por laços, afetos, sabores e saberes e também vivências dessa manifestação que atravessam a tradição. As trajetórias e memórias daqueles que plantam e semeiam o axé, ou seja o candomblé, se traduzem “nas narrações centradas na formação ao longo da vida revelando formas e sentidos múltiplos de existencialidade singular-plural, criativa e inventiva do pensar, do agir e do viver junto” (JOSSO, 2007, p. 423).

Pensando a partir dessa perspectiva, uma educação cultural afrodescendente se constrói nos espaços da religião do candomblé, pois realiza um movimento de reconstrução histórica das memórias culturais, tendo suas práticas, identidade traduzida na auto formação. Assim, o espaço do candomblé constitui um legado de memórias, ancestralidade, alicerçado em identidades e representações humanas. No festejo cultural do candomblé múltiplas expressões

são traduzidas, ao som dos tambores, dos batuques e batucadas, símbolos e significados que mostram a sua afro descendência, tudo acontece numa harmoniosa e festiva brincadeira, que contagia o coração e a alma daqueles que participam do ritual. O corpo nesse sentido se torna movimento e mecanismo de tradição, um misto de ancestralidade como bem define Da Matta (1984, p. 10):

Desta forma, o corpo é mais que físico, não representa apenas os músculos, ossos, articulações que se movem, são histórias, memórias, experiências, saberes que se interagem para expressar as histórias que elaboram gestos, atitudes em dança expressões.

A expressão do corpo nesse ritual afrodescendente assume por meio da dança uma linguagem colaborativa entre os participantes, fomentando uma herança cultural uma memória coletiva e ao mesmo tempo individual entre eles. Esta memória que se consagra não somente através do corpo que fala, mas também é um princípio para que haja uma narrativa, uma história de vida entre todos aqueles/as que participam desse ritual. Pollak (1992, p. 02):

A priori, a memória parece ser um fenômeno individual, algo relativamente íntimo, próprio da pessoa. Mas Maurice Halbwachs, nos anos 20-30, já havia sublinhado que a memória deve ser entendida também, ou sobretudo, como um fenômeno coletivo e social, ou seja, como um fenômeno construído coletivamente e submetido a flutuações, transformações, mudanças constantes.

Entre essas memórias pode-se perceber um sentimento de memórias mutáveis, flutuantes que perpassam caminhos, dando significado ao imaginário popular, as recordações, as lembranças, ao sentimento de pertencimento, numa forma lúdica e ao mesmo tempo mágica de adorar suas divindades, abrindo espaços para reviver e reconstruir suas memórias. Halbwachs (1990, p. 71) descreve:

A memória apoia-se sobre o ‘passado vivido’, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o “passado vivido”, o qual permite a constituição de uma narrativa sobre o passado do sujeito de forma viva e natural, mais do que sobre o “passado apreendido pela história escrita.

Nesse sentido, nesses locais se pauta uma educação ancestral de memórias, onde cada sujeito do terreiro exerce suas responsabilidades. O Pai de Santo, também chamado de Babalorixá por exemplo, figura central do terreiro sempre é solicitado para dar orientação espiritual aos seus membros, repassa também diversos conhecimentos ancestrais para os

envolvidos no terreiro. Cria uma educação voltada para os saberes/fazeres cotidianos, pautados sempre no respeito e dignidade do ser humano.

Essa educação tem como princípio o compartilhamento de experiências de vida, os saberes populares, a formação que se faz coletivamente, possibilitando aprendizados mútuos por meio de vivências, onde circulam ideias, sentidos e, significados, resultando em um universo de conhecimento. E nessa tradição e construção de saberes, a ancestralidade surge como princípio fundamental, pois esta carrega todo o legado e memória do candomblé. Oliveira (2003, p. 13) descreve sobre essa ancestralidade:

A ancestralidade é o que estrutura a visão de mundo presente na história dos africanos e seus descendentes, sobretudo no que diz respeito às religiões. Sem o princípio de senioridade a organização social das comunidades de terreiro estariam esfaceladas. Sem a ancestralidade não haveria tradição. Sem a tradição não haveria identidade. A tradição cria identidades pois ela é o manancial dos valores civilizatórios e dos princípios éticos (filosóficos) que singularizam a história dos afrodescendentes. A legitimidade da tradição africana dá-se exatamente por ela não ser uma memória fossilizada no passado, mas uma experiência atualizada no calor das lutas dos afrodescendentes.

Para tanto, é pertinente frisar que o candomblé é fruto e raiz de uma “educação como prática da liberdade” como bem descreve Paulo Freire (1967). Uma educação voltada para as tradições ancestrais, uma educação que emerge como elemento fundamental de uma prática educativa, vinculada a história de um povo que luta e resiste ao preconceito e a discriminação.

5. DESCONSTRUINDO O CENÁRIO DO PRECONCEITO COM O DIREITO A DIVERSIDADE.

Vivemos numa sociedade com diversidades culturais e religiosas, apensar disso, o preconceito e a intolerância religiosa ainda são marcas fortemente presentes na sociedade brasileira. No mundo há diversas religiões diferentes, no entanto, a maioria das guerras mundo a fora tem como causa as religiões, dando como exemplo os árabes e mulçumanos, Judeus e Árabes, Cristão e orientais. A intolerância religiosa ainda predomina no universo das religiões quando todos os ensinamentos dessas mesmas religiões pregam o amor e a fraternidade.

Contextualizando com a realidade local da cidade de Areia Branca/RN, especificamente no terreiro, onde acontece nos ritos e rituais afrodescendentes enfrenta cotidianamente o preconceito e a intolerância por parte da sociedade. Mesmo sendo o candomblé uma religião milenar de raízes africanas, o desrespeito ainda predomina e se faz presente. Contudo o terreiro de candomblé da cidade de Areia Branca é fruto de resistência e

não se pode falar desta cidade, nem mesmo na história do Brasil distanciando das religiões de matrizes africanas, pois estas trazem consigo uma cultura ancestral, carregada de identidade que se traduz no povo brasileiro. O direito à liberdade religiosa está descrito na própria Constituição Federal como um direito de todos/as.

Art. 5º, VI – é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias;
 VII – é assegurado, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.
 VII – ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Neste artigo 5º da Constituição Federal é frisado o direito ao culto religioso, sendo este inviolável. Garantindo uma proteção aqueles/as que de alguma forma prestam um culto ou uma adoração as suas divindades. A lei 10.639/03, é um marco referencial para o ensino da História, pois versa sobre a importância da cultura negra, cultura afro brasileira e africana na formação da sociedade brasileira.

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

Nesse sentido a Lei 10.639/03 direciona novas diretrizes curriculares para o ensino e conteúdo da cultura afro-brasileira e africana e da história. Os professores tem como objetivo ressaltar em suas aulas a cultura afro-brasileira, tendo como foco que ela foi formadora e constituiu toda a sociedade brasileira, nas ideias, na música, nas danças, na cultura e principalmente nas religiões de matrizes africanas. Nesse sentido, Munanga (2005) ressalta que:

Na verdade, o Brasil nos oferece a estranha imagem de um país de identidade inconclusa, já que, ao longo da história de nossa formação, continuamos a nos perguntar a todo momento sobre quem somos e, assim, o brasileiro, por falta de conhecer melhor a sua história, acaba por não ter condições de se identificar consigo mesmo. Na verdade, na escola é negado ao estudante o conhecimento de uma história que efetivamente incorporasse a contribuição dos diferentes estoques étnicos à formação de nossa identidade, com o agravante de que a história parcial ali apresentada como exclusiva é aquela dos vencedores, dos colonizadores ou, para precisar a afirmativa, história celebratória das classes econômica e politicamente mais bem sucedidas. Isto porque – e este é outro aspecto a ser considerado – a história transmitida na escola privilegia apenas o registro escrito, quando se sabe que a história dos grupos indígenas ou das comunidades negras rurais, como aliás também toda e qualquer história local, é sempre um relato oral, que só pode ser transmitido pelos mais velhos aos mais novos, através das gerações.

Assim como os índios já tinha sua religião, os negros escravizados que vieram nos navios negreiros trouxeram consigo uma religião ancestral, que mais tarde iria se difundir como as demais, primeiro o candomblé e mais tarde a umbanda que foi a fusão de cada elemento das demais, sendo uma religião de matriz africana afrodescendente. Desde cedo os negros nas senzalas eram proibidos de praticar sua fé e cultuar os seus deuses, sua religião. O preconceito e a religião eram taxados como algo satânico, como coisa do “diabo” que respingou e respinga até hoje no Candomblé. A falta de conhecimento sobre as religiões de matrizes africanas, aliados ao preconceito e a discriminação, tem levado muitas pessoas a desrespeitarem as religiões afro-brasileiras.

Isso fez com que o preconceito existente sobre essas religiões se tornasse cada vez mais forte. Além do que as religiões são conservadoras e contribuem diariamente para a intolerância religiosa, sendo cada vez mais presente e bastante perceptível, basta, assistir nos meios de telecomunicação para perceber o quanto o ódio e o preconceito estão cada vez mais forte mesmo diante de muitos avanços e conquistas no reconhecimento da cultura afro e o candomblé ter sido consagrado como patrimônio histórico e cultural do Brasil.

É preciso “quebrar” as correntes que amarram o preconceito das pessoas, com uma educação voltada para a diversidade religiosa, para uma compreensão e respeito às religiões, principalmente àquelas de matrizes africanas, que acima de tudo são bela na sua essência e trazem consigo a própria resistência do povo negro, por que é isso que o candomblé é, mais que uma fé a ser propagada é, acima de tudo resistência de um povo sofrido e oprimido por uma camada social que não conhece sua luta, que superou a escravidão, o medo, a dor, o suor e se apegou acima de tudo nos seus ancestrais para suportar o ódio e o peso da escravidão.

O candomblé é resistência, é negritude, mesmo diante do preconceito verbal depredações nos terreiros, como vem ocorrido sobretudo no Rio de Janeiro, muitas casas sendo invadidas depredados terreiros que tem longo tempo de história. Sendo obrigados a fecharem suas portas por conta da marginalização, das ameaças em vários sentidos de sua fé, nos seus ritos e rituais sagrados, tentando silenciar as vozes daqueles que lutam pela liberdade e expressão de sua religião, de poder cultivar os orixás na sua essência e dignidade e aquilo que o candomblé tem de melhor é sempre a humildade e o acolhimento com o próximo.

Mesmo diante de tanto preconceito é preciso lutar pelo direito de sua crença religiosa até por que é algo que está diretamente assegurada na Constituição Federal, então é preciso e se faz urgente e necessário reeducar principalmente nos espaços formais sobretudo de educação sobre a questão religiosa, o respeito, principalmente em disciplina como de História e Cultura Afro na escola, que por vezes não tem sido suficiente para o combate ao preconceito religioso. Isso acontece na maioria das vezes por que muitas escolas não aderem a disciplina, não dando importância para a mesma e, sua valorização hoje em dia está silenciada. Gomes (2005. p. 39-62) por meio da Lei nº 10.639/03, descreve:

A Lei nº 10.639/03 que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileiras e africanas nas escolas públicas e privadas do ensino fundamental e médio; o Parecer do CNE/CP 03/2004 que aprovou as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileiras e Africanas; e a Resolução CNE/CP 01/2004, que detalha os direitos e as obrigações dos entes federados ante a implementação da lei compõem um conjunto de dispositivos legais considerados como indutores de uma política educacional voltada para a afirmação da diversidade cultural e da concretização de uma educação das relações étnico-raciais nas escolas, desencadeada a partir dos anos 2000. É nesse mesmo contexto que foi aprovado, em 2009, o Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (BRASIL, 2009).

Tendo como respaldo um conjunto de leis e pareceres sobre o ensino de História e cultura afro-brasileiras e africanas, é pertinente frisar que o terreiro de Areia Branca/RN, por sua vez, trabalha nesse contexto da diversidade cultural e se organiza de forma pacífica para lutar pela liberdade de expressão religiosa com passeatas, realizando palestras em escolas, estando presente em congressos e participando indiretamente de associações no estado do Rio Grande do Norte como por exemplo da Federação dos Terreiros do Rio Grande do Norte, uma Instituição não-governamental que tem como marco principal ato o dia da consciência negra

dia 20 de Novembro. Nos terreiros, em especial em Mossoró/RN, se reúnem na praça do teatro Dix-Huit Rosado no centro da cidade para protestar e lutar pelo fim da intolerância religiosa.

Mesmo com toda essa luta, ainda não é suficiente, os órgãos públicos devem priorizar com políticas públicas e assegurar as religiões afro e fazer um trabalho de base sobretudo nas escolas. Principalmente priorizar o ensino da cultura e religião afro e de sua importância para a história de nosso país para que nossas crianças, adolescentes, jovens e adultos sejam consciente e que respeitam as diferenças religiosas, assim seria uma forma de reduzir o preconceito e se for trabalhado na escola seria um começo para erradicar essas expressões de preconceitos presentes principalmente no espaço escolar. Assim podemos conviver entre irmãos de fé, respeitando cada um a religião do outro na sua diversidade nas suas particularidades, nas suas crenças, sotaques, batuques, ritos e rituais.

6. TECENDO TEIAS DE LIBERDADE E AMOR... PRA NÃO DIZER CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sentimento de trilhar outros caminhos, de conquistar novos espaços, lugares e territórios, me levou ao conhecimento profundo sobre a cultura de matriz africana, o candomblé. Neste espaço recheado de encantamento de alegrias, de ritos e rituais pude investigar as vozes dos sujeitos silenciados, do preconceito sofrido pelas crianças do Terreiro Kwê Ezin Azirí Dolá nas escolas de Areia Branca/RN. Pude trazer suas memórias individuais e coletivas, estabelecendo um diálogo e reflexão, entre suas lutas e estigmas diários. Marcas de um povo renegado, porém não esquecido. Neste tecer de teias de liberdade e amor é onde as religiões de matrizes africanas se fazem resistentes, um universo simbólico de construção de narrativas, um espaço de aprendizagens, de saberes/fazeres cotidianos.

Para o povo do candomblé de Areia Branca/RN e principalmente para as crianças, ações que fortaleçam sua identidade, sua ancestralidade e preservação de sua memória e história se fazem urgente. Pois os terreiros de candomblé onde essas crianças frequentam e, também nas escolas são espaços de formação que devem se pautar pela preservação desses saberes da tradição. Nessas dificuldades apontadas faz-se necessário ações de políticas públicas para que sua identidade e a preservação dos seus terreiros.

Nesse sentido, essa pesquisa proporcionou um aprofundamento nas questões socioculturais que envolvem o povo de matriz africana. Refletiu como a prática docente nas escolas é tão importante para barrar o preconceito e discriminação existente nas escolas. Dando assim condições a prática docente a refletir sobre essas questões que estão enraizadas na

sociedade. Também foi possível por meio da pesquisa reconstruir as memórias e evidenciar a poesia social do candomblé, suas celebrações, seus processos de resistência, sua educação coletiva por meio da socialização dos conhecimentos. Uma sabedoria de um povo, que entrelaçado em toda a dinâmica social de luta, carrega a cultura afrodescendente como legado de crenças, de afetividade, de exuberância, de pertencimento, de ancestralidade, um verdadeiro cenário de tradição, de redes e teias de liberdade e amor.

Participar desse encontro com o candomblé foi voltar as minhas origens, foi reviver momentos, reviver celebrações, convivência comunitária, diálogos, ritmos, batucadas, coreografias. Este estudo evidenciou a mística da cultura africana por meio das crianças do candomblé e seus dilemas junto à escola, fomentou sua liberdade, sua criatividade, e principalmente suas experiências e memórias que dão sentido as suas vidas e suas lutas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Secretaria de Educação Fundamental. Parâmetros curriculares nacionais: pluralidade cultural, orientação sexual** / Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1997. 164p.

BRASIL. **Plano Nacional das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. Brasília: SECAD; SEPPIR, jun. 2009.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Trad. Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

DA MATTA, Roberto. **O que faz o Brasil, Brasil?** Rio de Janeiro: Rocco, 1984.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1967.

GOMES, Nilma Lino. Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão. Educação antirracista: caminhos abertos pela Lei Federal nº 10.639/03. Brasília: MEC/SECAD, 2005. p. 39-62.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

JOSSO, Marie-Christine. Educação. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 413-438, set./dez. 2007.

_____. **Experiências de vida e formação**. 2ª ed. Natal, RN: EDUFRN; São Paulo: Paulus, 2010.

MUNANGA, Kabengele (Org). **Superando o Racismo na escola**. Brasília, DF: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

OLIVEIRA, Eduardo David de. Africanidades na educação. **Educação em Debate**. Ano 25. V 2 - N°. 46 – 2003.

_____, Eduardo David de: **Filosofia da Ancestralidade – Corpo e Mito na Filosofia da Educação Brasileira**. Curitiba, Editora Gráfica Popular, 2007. 360p.

PASSEGI, Maria da Conceição. **Narrativa autobiográfica: uma prática reflexiva na formação docente**. Trabalho publicado nos Anais do II Colóquio Nacional da AFIRSE UNB - set/2003.

POLLAK, Michael. Memória e Identidade Social. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

SOUZA, Elizeu Clementino de. (Auto)biografia, identidades e alteridade: modos de narração, escritas de si e práticas de formação na pós-graduação. **Revista Fórum Identidades**. Ano 2, Volume 4 – p. 37-50 – jul-dez de 2008.